

CONSELHO DE REPRESENTANTES SINDICAIS

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES SINDICAIS

A Plenária do Conselho de Representantes Sindicais reunida na sede do SINPOJUD – Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia, na cidade do Salvador, APROVA o presente Regimento Interno que regerá a condução dos trabalhos dessa instância sindical, na forma seguinte e em substituição ao Regimento Interno anterior.

CAPÍTULO I DO CONSELHO

Art. 1º - O Conselho de Representantes Sindicais é formado por Delegados Sindicais representantes das diversas Comarcas ou Regiões do Estado da Bahia eleitos na forma do Estatuto e deste Regimento, Diretoria Executiva e Suplentes e Conselho Fiscal e Suplentes.

§1º - O Conselho de Representantes Sindicais terá um Presidente, um Secretário e Primeiro e Segundo Suplentes, eleitos entre seus membros, na forma deste Regimento.

- a) O Diretor Presidente da Diretoria Executiva do Sindicato ocupará o cargo de Presidente do Conselho de Representantes Sindicais até a eleição do titular efetivo.
- b) Não poderão concorrer aos cargos do parágrafo 1º os membros titulares e Suplentes da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

§ 2º - O Conselho de Representantes Sindicais terá suas plenárias realizadas na sede do Sindicato, reputando-se nulas aquelas realizadas fora da sede sem o consentimento da maioria de seus membros reunidos para tanto.

§ 3º - Sem prejuízo do disposto no § 2º e objetivando regionalizar as ações do Sindicato aproximando-se da base, o Conselho de Representantes poderá realizar encontros nas diversas regiões do Estado, desde que o pedido seja aprovado por 2/3 de seus membros e haja disponibilidade financeira. Nesses encontros regionais a Delegacia Regional que os sediarão envidará esforços no sentido de viabilizar hospedagem para os Delegados.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Art. 2º - Ao Conselho de Representantes Sindicais compete:

- I - cumprir e fazer cumprir o Estatuto da entidade, bem como as deliberações da categoria em todas as instâncias;
- II - propor à Assembléia Geral Extraordinária alterações no Estatuto da entidade;
- III – deliberar sobre o parecer de Comissão de Ética constituída para apreciar requerimento interposto contra qualquer dirigente sindical para o qual tenha sido solicitada aplicação da pena de eliminação prevista no Art. 10 do Estatuto;

IV – apreciar requerimento interposto no qual tenha sido solicitada aplicação de penas contra filiado previstas no artigo 10 do Estatuto;

V - deliberar sobre o Orçamento, e autorizar despesas extraordinárias da entidade;

VI - divulgar as campanhas e lutas da categoria;

VII - acompanhar, auxiliar e fiscalizar as atividades dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, cobrando, inclusive, relatório trimestral de atividades de cada diretoria e do Conselho Fiscal;

VIII - deliberar sobre a formulação das políticas de atuação sindical, administrativa e financeira do Sindicato juntamente com a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

IX – Julgar os pedidos de filiação recusados pela Diretoria Executiva;

X - Elaborar o Regimento Interno que definirá os critérios de eleição de Delegados e de escolha dos participantes do Congresso, no prazo de até 90 (noventa) dias que antecederem à convocação da Assembléia Geral Extraordinária;

XI - Dirigir a Assembléia Geral, quando convocada para tratar de questões vinculadas à responsabilidade dos membros da Diretoria Executiva;

XII – Convocar a Assembléia Geral Ordinária, constatada a omissão da Diretoria Executiva;

XIII – Convocar a Assembléia Geral Extraordinária, nos termos do Art. 22 do Estatuto do Sindicato;

XIV – Deliberar sobre todos os Regimentos internos previstos no Estatuto do Sindicato, à exceção dos Regimentos Internos do Consejud e da Comissão Eleitoral;

XV – Convocar eleição para os cargos de titulares e Suplentes da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Representantes Sindicais, na eventual não convocação por parte da Diretoria Executiva;

XVI – Indicar os membros, titulares e Suplentes, da Comissão Eleitoral de que trata o Art. 45 do Estatuto do Sindicato;

XVII – Convocar o Conselho Fiscal para prestar informações necessárias em eventuais irregularidades na gestão financeira da entidade, sugerindo as medidas necessárias para a correção das faltas constatadas.

Parágrafo Único - O Conselho de Representantes Sindicais julgará o pedido de filiação do interessado, instruído com os motivos da recusa pela Diretoria Executiva e justificativas do recurso, na primeira reunião que se seguir ao pedido.

CAPÍTULO III DA ELEIÇÃO DE DELEGADOS

Art. 3º - De conformidade com o Estatuto Social do Sinpojud, o Conselho de Representantes Sindicais será composto por representantes eleitos por três anos nas diversas Comarcas ou Regiões do Estado da Bahia, nas seguintes proporções:

I - de 30 a 100 filiados, a região será representada por 01 (um) delegado;

II - de 101 a 150 filiados, a região será representada por até 02 (dois) delegados;

III - de 151 a 200 filiados, a região será representada por até 03 (três) delegados;

IV - de 201 a 300 filiados, a região será representada por até 04 (quatro) delegados;

V - de 301 a 400 filiados, a região será representada por até 05 (cinco) delegados;

VI - de 401 a 500 filiados, a região será representada por até 06 (seis) delegados;

VII - de 501 a 600 filiados, a região será representada por até 07 (sete) delegados;

VIII - de 601 a 700 filiados, a região será representada por até 08 (oito) delegados;

IX - de 701 a 800 filiados, a região será representada por até 09 (nove) delegados;

X - de 801 a 900 filiados, a região será representada por até 10 (dez) delegados;

XI - e 901 a 1000 filiados, a região será representada por até 11 (onze) delegados;

XII – a partir de 1001 filiados, a região será representada por até 12 (doze) delegados.

Parágrafo único – Junto com o delegado será eleito sempre um suplente que sucederá aquele nos casos previstos neste regimento.

Art. 4o. - As Regiões serão formadas por uma ou mais Comarcas, até atingirem o número mínimo exigido para se fazer representada na forma do *caput* deste artigo, não sendo permitido a participação de uma Comarca em mais de uma região.

Art. 5º – As Comarcas formarão as respectivas regiões, através dos atuais delegados ou qualquer filiado, para poderem eleger o(s) seu(s) representante(s), simultaneamente às eleições para Diretoria Executiva e Conselho Fiscal ou com prorrogação de até 15 (quinze) dias, a critério das regionais.

§ 1º – Realizadas as eleições gerais do Sindicato, é vedada a formação de novas regionais ou delegacias, podendo fazê-las somente em caso de vacância conforme § 1º do *Art. 26* do Estatuto ou nas eleições vindouras.

§ 2º - Cada Comarca ou região deverá lavrar em ata o processo eleitoral, com o resultado da eleição, e enviá-lo com os originais da ata, para o registro e arquivamento do Sindicato, impreterivelmente, até 31 de janeiro do ano subsequente ao processo eleitoral do Sindicato.

§ 3º - Igual procedimento do § 2º será adotado em casos de eleição para preenchimento de vagas de delegados, cuja documentação será entregue pelo Delegado eleito, na primeira reunião plenária do Conselho de Delegados na qual o mesmo tomará posse.

§ 4o. - Só poderão ser escolhidos delegados representantes e suplentes, os filiados das Comarcas integrantes da Região formada.

§ 5º - O Delegado da Comarca ou Regional será substituído pelo suplente respectivo, reassumindo o seu posto quando cessado o motivo do seu afastamento, nos casos de:

- I – ausência;
- II – impedimento;
- III – disposição;
- IV – licença sem remuneração.

§ 6º - Sendo o Delegado detentor de cargo da Mesa Diretora do Conselho de Representantes ou da Comissão de Ética, e perdendo temporariamente sua condição de Delegado perder-se-á também da condição de dirigente, até cessado o motivo de seu afastamento, não criando condição de Delegado dirigente ao suplente que substituir o seu titular.

§ 7º - Perderá a condição de Delegado e conseqüentes cargos diretivos, o Delegado que sofrer exoneração ou remoção da comarca.

§ 8o. - Durante o mandato do(s) Delegado(s) eleito(s) representante(s) da região, não será permitido a inclusão ou saída de Comarca integrante até a conclusão do mandato previsto neste Regimento e no Estatuto da entidade.

CAPÍTULO IV

DA POSSE E MANDATO DOS DELEGADOS SINDICAIS

Art. 6º – A posse dos Delegados Sindicais eleitos nas Comarcas ou Regionais ocorrerá automaticamente com a posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

§ 1º – O delegado eleito terá sua posse referendada no primeiro conselho subsequente à posse da diretoria, com a sua presença.

§ 2º - O Delegado Sindical de Comarca ou Região eleito e empossado que faltar a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, sem justo motivo comprovado por escrito ou transmissão via e-mail submetido à deliberação do Conselho, será excluído do Conselho de Representantes, perdendo também o direito de continuar exercendo cargo diretivo se acaso seja detentor, sendo convocado o Suplente para substituí-lo, não tendo este o direito de assumir o cargo diretivo daquele titular.

§ 3º - A ausência, impedimento ou desistência do Suplente, agora titular, nas reuniões que se sucederem, abrirá vacância da representação a qual deverá ser preenchida mediante realização de nova eleição, nos termos dos Art. 25 e 27 do Estatuto e as normas deste Regimento Interno, sendo que a eleição do suplente dar-se-á mediante a vacância do mesmo.

§ 4º - O mandato de Conselheiro(a) Representante Suplente de Delegado se encerrará na mesma data dos demais membros do Conselho de Representantes Sindicais.

§ 5º - Através da Mesa Diretora do Conselho de Representantes Sindicais, a Regional ou Delegacia que realizar eleição para suprir vacância, solicitará à Diretoria de Secretaria a relação atualizada dos filiados ao sindicato na Regional ou Delegacia.

§ 6º - Uma vez o suplente de delegado assumindo a titularidade por definitivo, se for o caso, far-se-á eleição para o cargo de suplente.

CAPÍTULO V DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DO DELEGADO SINDICAL

Art. 7º – O Delegado(a) Sindical - que da mesma forma que os membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Representantes Sindicais do SINPOJUD, é qualificado como dirigente sindical em conformidade com o art. 102 do Estatuto da entidade – terá o exercício de suas atividades garantido de forma plena.

Art. 8º – São direitos do(a) Delegado(a) Sindical, além daqueles garantidos aos filiados em geral:

- I – tomar parte nas plenárias e demais reuniões do Conselho de Representantes;
- II – votar as proposições submetidas à deliberação da Plenária do Conselho de Representantes;
- III – votar e ser votado nas composições de chapa para a Mesa do Conselho;
- IV – propor à Mesa todas as medidas que julgar convenientes aos interesses do Conselho e do Sinpojud;
- V – apresentar proposições ao Conselho para sua deliberação;
- VI – ser ressarcido de prejuízos havidos em função do exercício de Delegado(a) Sindical na forma regulamentada pela Diretoria Executiva do Sindicato.

Parágrafo Único – Quando no exercício da Presidência do Conselho o Delegado Sindical fará jus a:

I - uma cota de telefonia celular mensal equivalente a 50% (cinquenta por cento) da destinada aos Diretores Executivos;

II – diária para pagamento de alimentação desde o dia que anteceder às Plenárias ou Seminários do Conselho desde que sua presença na Capital seja essencial e necessária para os preparativos dos trabalhos do Conselho;

III – computador com senha de usuário de domínio público e acessórios, de forma a viabilizar os preparativos das Plenárias na sede do Sinpojud nos dias que estiver ali presente.

Art. 9º – São deveres do Delegado Sindical:

I – divulgar as ações do Sinpojud em sua base territorial por meio de reuniões, boletins e manifestações públicas;

II – dirigir em sua Comarca ou Regional os movimentos de paralisação deflagrados pelo Sindicato, quando não presentes diretores da entidade;

III – comparecer, pontualmente, nos dias designados para a abertura das plenárias do Conselho de Representantes, nelas permanecendo até o seu término;

IV – desempenhar com zelo e competência os encargos a si confiados pelos seus pares;

V – prestar contas de suas ações quando solicitado;

VI – comportar-se nas plenárias com respeito, não perturbando os trabalhos;

VII – comunicar por escrito no prazo de quinze dias – por meio impresso ou digital – suas faltas ou ausências quando houver motivo justificado para deixar de comparecer às plenárias;

VIII - distribuir os materiais do Sindicato nos locais de trabalho;

IX obedecer às disposições regimentais.

§ 1º - O Delegado não poderá usar em proveito próprio a mídia impressa (logomarca) do sindicato, podendo usá-la, porém, seguida da identificação de sua Delegacia ou Regional.

§ 2º - O Delegado arcará com as responsabilidades, civil, criminal e caso venha a sofrer danos morais e materiais, bem como do quanto escrito em boletins, faixas e demais materiais de mídia de forma a não comprometer a imagem da entidade perante seus filiados e a sociedade com matérias e/ou informações que não condigam com a política de atuação da entidade.

CAPÍTULO VI DA MESA DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Art. 10 - A eleição da Mesa Diretora do Conselho de Representantes Sindicais se dará na primeira reunião do mesmo, que deverá ocorrer até o dia 31 de janeiro do ano seguinte ao da realização do processo eleitoral do sindicato, mediante inscrição, perante a mesa, de chapas completas que concorrerão ao pleito.

§ 1º - Aberto processo eleitoral de que trata o artigo 10, o Diretor Presidente do Sindicato abrirá prazo de 10 minutos para cada chapa para debates entre as mesmas.

§ 2º Transcorrido o prazo assinalado, a eleição far-se-á por aclamação dos presentes, podendo haver eleição secreta desde que assim deliberem pelo menos 2/3 dos membros do Conselho De Representantes e será declarada vencedora a chapa que obtiver maioria simples dos votos.

§ 3º - A chapa eleita, imediatamente será empossada e a Reunião do Conselho de Representantes prosseguirá sob sua coordenação.

Art. 11 – Compete ao Presidente do Conselho de Representantes Sindicais:

- a) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho e se for o caso juntamente com a presidência do sindicato;
- b) Assinar todo e qualquer papel que diga respeito ao Conselho de Representantes Sindicais;
- c) Presidir as reuniões e demais eventos organizados pelo Conselho;
- d) Abrir os trabalhos e conduzir a pauta;
- e) Suspender e encerrar as reuniões pela vontade da maioria dos presentes ou por omissão destes;
- f) Convocar eleição para os cargos de titulares e Suplentes da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Representantes Sindicais, na eventual não convocação por parte da Diretoria Executiva;
- g) Interpretar e fazer cumprir este Regimento Interno;
- h) Encaminhar as Questões de Ordem e quando omissas o Regimento estabelecer precedentes regimentais que serão anotados para solução de casos análogos;
- i) Tomar parte na mesa condutora de Assembléias Gerais do Sindicato;
- j) Receber as proposições e demais documentos apresentados, endereçando-os a quem de direito;
- k) Consultar sempre a Plenária acerca da inversão da pauta;
- l) Zelar pelo prestígio do Conselho de Representantes Sindicais e dos seus direitos, garantias, prerrogativas e respeito devido aos seus membros;
- m) Dar posse aos Delegados Suplentes quando for o caso;

§ 1º – Para auxiliar na condução dos trabalhos o Presidente poderá convidar outro integrante da Mesa ou dos demais Delegados, além do seu Secretário(a).

§ 2º - Será sempre computada para efeito de *quorum* a presença do presidente dos trabalhos.

§ 3º - O Presidente ou seu substituto somente terá voto:

- I – na eleição da Mesa;
- II – quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços dos membros do Conselho;
- III – quando houver empate em qualquer votação na Plenária.

Art. 12 – Compete ao Secretário do Conselho de Representantes Sindicais:

- a) Lavrar as atas das reuniões, encadernando-as em livro a cada duzentas folhas ou fração;
- b) Secretariar a mesa colaborando com o Presidente no andamento dos trabalhos;
- c) Providenciar cópias das atas das Reuniões e encaminhá-las à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal;
- d) Substituir o Presidente em eventual falta, impedimento ou imprevisto;
- e) Realizar, a cada seis meses, levantamento das ausências dos(as) delegados(as) para fins de vacância.

Art. 13 – No impedimento ou vacância dos titulares da mesa diretora do Conselho, assumirão os Suplentes, na ordem em que foram eleitos.

Parágrafo Único - Ocorrendo ausência ou impedimento dos Suplentes, assumirá o Diretor Presidente da Diretoria Executiva que nomeará, dentre os presentes, um secretário *ad hoc*.

CAPÍTULO VII DAS PLENÁRIAS DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Art. 14 - A convocação do Conselho de Representantes Sindicais, ordinária e extraordinariamente, será feita pelo Presidente do Conselho.

§ 1º - Em se tratando de Reunião Ordinária do Conselho de Representantes Sindicais, constatada a omissão da mesa diretora, a reunião poderá ser convocada conjuntamente pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal.

§ 2º - No período compreendido entre a posse da nova Diretoria Executiva e a eleição da mesa diretora do Conselho de Representantes, a convocação será feita pelo Diretor Presidente da Diretoria Executiva.

Art. 15 - O Conselho de Representantes Sindicais poderá ser convocado, com finalidade específica, mediante subscrição de 2/3 de seus membros.

Art. 16 - O Conselho de Representantes Sindicais reunir-se-á ordinariamente de 03 (três) em 03 (três) meses, preferencialmente entre os primeiros 05 (cinco) dias do mês subsequente da reunião, e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 17 - A convocação para as reuniões do Conselho de Representantes Sindicais será feita com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas e máxima de 15 (quinze) dias, por meio de edital que conterà a pauta, a data, horário e local de sua realização.

Art. 18 - A instalação do Conselho de Representantes Sindicais far-se-á com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros e as deliberações tomadas por maioria dos votos.

Art. 19 – Comporão a Mesa dos Trabalhos, Presidente que a dirigirá, e o Secretário do Conselho, podendo o seu presidente convidar o Diretor Presidente do Sindicato e outros membros para auxiliar os trabalhos.

Art. 20 – O Presidente ao dar por aberta a plenária convidará a qualquer Delegado Sindical presente que assim desejar a fazer, de livre escolha, leitura de passagem bíblica ou texto para reflexão, respeitada toda manifestação e opção religiosa ou de credo, com o tempo máximo de três minutos.

Art. 21 - As decisões do Conselho de Representantes Sindicais serão lavradas em ata, da qual deverá ser encaminhada cópia para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - No primeiro mês subsequente ao ano vencido a secretaria providenciará o encadernamento das atas do ano anterior.

Art. 22 - Um Conselho de Representantes Sindicais instalado poderá, a seu critério, convocar outro Conselho num prazo inferior ao estabelecido no artigo 17.

Art. 23 - Poderá o Conselho de Representantes Sindicais convocar a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, ou qualquer de seus membros isoladamente, para prestar esclarecimentos pertinentes as atividades de sua responsabilidade previstas no Estatuto.

Art. 24 - A Diretoria Executiva proporcionará todos os meios necessários para as realizações das reuniões Ordinária e Extraordinária do Conselho de Representantes Regionais, aí incluídos despesas com alimentação, transporte e se necessário hospedagem, tendo em vista os seus membros serem qualificados como dirigentes sindicais, para efeito das prerrogativas constitucionais e legais decorrentes dos cargos que ocupam.

Art. 25 – O Diretor Presidente do Sindicato viabilizará juntamente com os demais diretores meios para que as plenárias do Conselho de Representantes desenvolvam suas atividades de forma plena, dotando o espaço físico de computador, impressora e demais equipamentos, gravador de áudio, som e materiais de expediente.

Parágrafo Único – Quando das convocações do Conselho de Representantes o seu Presidente enviará a convocação e demais expedientes à Presidência do Sindicato que se responsabilizará por si ou enviará à Diretoria de Secretaria, para o envio às Delegacias ou Regionais Sindicais com aviso de recebimento (AR).

Seção I DA SUSPENSÃO DA PLENÁRIA

Art. 26 – A Plenária poderá ser suspensa:

- I – para preservação da ordem;
- II – para receber visitante ilustre;
- III – por deliberação dos seus membros;
- IV – para refeições e repouso de seus membros quando for o caso.

Seção II DO USO DA PALAVRA

Art. 27 – Durante a Plenária o Delegado Sindical usará a palavra, pelo tempo necessário ou quando definido pela Mesa ou de forma consensual, para:

- I - discutir matéria em debate;
- II – apartear colega delegado;
- III – declarar voto;
- IV – apresentar ou reiterar requerimento ou proposta;
- V – pedir pela ordem;
- VI – levantar questão de ordem.

Art. 28 – Durante a Plenária qualquer filiado com seus direitos estatutários em dia terá direito a assistir o seu desenvolvimento e fazer uso da palavra, desde que obedecidas as recomendações da Mesa, sem, contudo, ter direito a voto.

Seção III DOS APARTES

Art. 29 - Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador, para indagação, esclarecimento ou contestação, sobre a matéria em debate, não podendo ser superior a 02 (dois) minutos.

Seção IV DAS VOTAÇÕES

Art. 30 - As votações nas Plenárias do Conselho de Representantes serão sempre por aclamação, salvo quando aprovada por maioria simples da plenária do Conselho De Representantes Sindicais, caso em que votação será secreta.

Parágrafo único - Quando as votações versarem sobre decisões de comissões de ética contra Delegado ou Diretor, serão de forma secreta.

Seção V DO PEDIDO DE PELA ORDEM

Art. 31 - O Delegado requererá à Mesa pedido de “Pela Ordem” toda vez que desejar chamar a atenção para a boa condução dos trabalhos ou para prestar esclarecimento sobre determinado assunto em debate.

Seção VI DA QUESTÃO DE ORDEM

Art. 32 - Questão de Ordem é toda a dúvida levantada em Plenária quanto à interpretação do Regimento Interno, sua legalidade e aplicação para decisão do Presidente.

§ 1º - A qualquer momento dos trabalhos o delegado poderá levantar questão de ordem para verificação de quorum.

§ 2º - Suscitada a Questão de Ordem poderá qualquer Delegado contra-argumentá-la antes de decidida pelo Presidente.

§ 3º - Não se admitirá nova Questão de Ordem sobre o mesmo assunto.

Seção VII DOS PRECEDENTES REGIMENTAIS

Art. 33 - Os casos não previstos neste Regimento Interno serão decididos por maioria simples dos presentes, passando as respectivas decisões a constituir precedentes regimentais, que orientarão a solução de casos análogos.

Parágrafo Único – São também consideradas precedentes regimentais as interpretações do Regimento Interno feitas pelo Presidente.

CAPÍTULO VIII DOS GRUPOS TEMÁTICOS, SEMINÁRIOS E COMISSÕES

Art. 34 – O Conselho de Representantes Sindicais poderá formar grupos temáticos para estudo e discussão de assuntos que digam respeito à entidade sindical e à categoria, sem prejuízo com o quanto previsto no Art. 6º, § 4º do Estatuto da entidade.

Art. 35 – O Conselho de Representantes poderá propor e deliberar sobre a realização de seminários temáticos para os seus membros e demais filiados interessados, cujas despesas para a sua realização correrão por conta das previsões orçamentárias do sindicato.

§ 1º – Os Delegados Sindicais farão jus ao ressarcimento de despesas decorrentes da participação nos seminários.

§ 2º - Os Suplentes de Delegados e demais filiados que participarem de Seminários farão jus tão somente ao ressarcimento às despesas de alimentação.

Art. 36 – O Conselho de Representantes poderá formar comissões especiais para atividades específicas, em conjunto ou isoladamente da Diretoria Executiva, quando não depender de recursos financeiros.

CAPÍTULO IX DAS PROPOSIÇÕES

Art. 37 - O Delegado Sindical é parte legítima para apresentar proposições de interesse da categoria e do próprio Conselho de Representantes Sindicais.

Art. 38 - Quando da apresentação das proposições o Delegado a fará, sempre que possível, de forma escrita e em duas vias de igual teor.

Art. 39 - O Delegado poderá apresentar Moções para sugerir manifestação do Conselho ou da Diretoria Executiva, reivindicar providências, hipotecar solidariedade, protestar ou repudiar atos de instâncias deliberativas e diretivas do Sindicato, bem como de autoridades constituídas.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 - O presente Regimento só poderá ser reformado com a presença e votos de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 41 – Este Regimento entrará em vigor a partir de 05 de Janeiro de 2007, revogando-se as disposições em contrário.

Salvador-Bahia, 17 de Novembro de 2006.

JOSAFÁ RAMOS DE OLIVEIRA - Presidente da Mesa

SÉRGIO MURILO RAMOS DOS SANTOS - 2º Secretário da Mesa

ANTEMAR CAMPOS DOS SANTOS - Secretário *ad hoc* da Mesa